

26 FEVEREIRO 2007

ECONOMIA

CORREIO BRAZILIENSE



BRASIL S/A

por Raul Pilati

raul.pilati@correioweb.com.br

Escolhemos a mediocridade

A conversa sobre crescimento já deve ter cansado leitores e espectadores. Todo mundo quer uma expansão mais acelerada. O governo até estabeleceu como eixo de sua política para o segundo mandato de Lula a aceleração da economia, com o PAC. Mas, por que não acontece? Se todo mundo está a favor, o PIB (Produto Interno Bruto) deveria aumentar 5%, 7%, 10% ao ano. E não os tímidos 2,4% médios atuais.

É que a conversa gira sempre em torno dos culpados errados. Enquanto perdemos tempo olhando para a direita ou para a esquerda em busca de motivos para a economia ser tão travada, o problema está lá atrás. Em fevereiro o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas, divulgou seu documento mensal — a Carta do Ibre — chamando a atenção para o fenômeno nacional de buscar resolver problemas que não solucionam o dilema do crescimento.

Por que o Brasil não quer crescer (http://www.fgv.br/ibre/cecon/Carta_IbreCE200702.pdf) trata do modelo de sociedade estabelecido no país e firmado como contrato social pela Constituição de 1988. "Este contrato foi excessivamente generoso na concessão de direitos, e omisso na provisão dos meios para efetivá-los", aponta o texto do Ibre. Em suma, garante muitos direitos, mas, como consequência, limita a dinâmica de crescimento econômico.

Destaque mundial

"O Brasil tem um dos melhores contratos sociais possíveis para a renda que dispomos", avalia o diretor do Ibre, Luiz Guilherme Schymura, responsável pela publicação. O resumo da opereta brasiliiana é que o nosso contrato social limita o crescimento econômico, e não há porque ficar reclamando. Fomos nós que escolhemos assim. "Se nos resignarmos que nosso comportamento cultural é desse jeito, então vamos aceitar pacificamente um crescimento de 3%. Acabou. Se nada for feito, é 3%", simplifica Schymura.

Portanto, não adianta trombetear planos mirabolantes de expansão porque não vão causar ganhos relevantes ao país. Na média, ficaremos atrás dos demais países em desenvolvimento, como China (e seus 10%), Índia (com 6%) e Argentina (8%).

Para sustentar o contrato social, a carga tributária cresce 6% ao ano, velocidade muito maior do que a geração de riqueza, na média de 2,4%. Enquanto os impostos aumentam e travam a economia, "sempre se procurou um bode expiatório que ocultasse a inconsistência de nosso contrato social." Inflação, privatização, abertura da economia, desajuste cambial e juros altos foram colocados, em seqüência, como vilões que impediam o

crescimento. No triste fim, continuaremos no ritmo atual. Porque são questões acessórias e não o principal problema.

O dilema é que estamos virtualmente condenados a permanecer com os pés e as mãos do crescimento atados. Os países "costumam caminhar no sentido de ampliar os direitos, e não de podá-los". Essa negociação é muito mais complicada em países com grande dispersão de renda, como o nosso caso, cujo nível de concentração é elevadíssimo.

"A questão é difícil no mundo todo. Diminuir direitos é muito complicado. Só muda com uma ruptura muito forte", resalta o diretor. Mas há exceções. "O que intriga é a razão pela qual alguns países conseguiram renegociar, ainda que parcialmente, seus contratos sociais, viabilizando modelos econômicos mais favoráveis ao crescimento", aponta a Carta.

Os desequilíbrios previdenciários ficaram patentes nos países europeus a partir da década de 80. Negociou-se uma contenção dos gastos, inclusive com "queda dos benefícios per capita". Schymura observa que uma possível explicação para a disposição dos europeus em abrir mão de parte de seus direitos é a sensação de que o contrato social deles é "um grande seguro que beneficia toda a sociedade", e não apenas alguns segmentos.

Atalhos

Em sociedades muito desiguais, porém, o modelo criado acaba produzindo economias com pouco crescimento, "uma vez que a maioria pobre tem todos os incentivos em apoiar candidatos que tenham como plataforma de campanha as políticas de transferência de renda." É uma forma legítima e democrática de tentar atalhos para reduzir a desigualdade.

Cristalizadas, as políticas compensatórias, em geral, acabam apropriadas por grupos para os quais não foram destinadas — chamados, pela Carta, de não pobres. "Sejam funcionários públicos que defendem seus interesses corporativos... sejam indivíduos de elevado nível de renda que se apresentam como credores de uma ordem econômica que supostamente os prejudica". Sempre defendidos com argumentos irretocáveis, aponta o diretor do Ibre.

Um exemplo? A aposentadoria por tempo de serviço. Seria uma maneira de compensar a população de baixa renda, cuja expectativa de vida é ligeiramente inferior, observa Schymura. "Dado que morrem antes, deveriam se aposentar antes. Mas os números do INSS mostraram que quem consegue apresentar comprovante de recolhimento de contribuição é o pessoal de maior nível de renda. Os mais pobres acabam se aposentando por idade mesmo", conclui.